

Ata Reunião conjunta Diretoria Comitê do Itajaí – CEOPS – SDE - DC, realizada em 9 de dezembro de 2020 em meio virtual

Sr. Odair Fernandes esclareceu que o Comitê do Itajaí recebeu o ofício do Centro de Operação do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (CEOPS), gerenciado pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), nº 003/2020 em julho de 2020. Neste documento foi solicitando apoio para restabelecer as condições ideais de funcionamento do Sistema de Alerta de Cheias da bacia do rio Itajaí. A partir desse documento, o tema foi levado para a diretoria do Comitê do Itajaí na 2ª reunião da diretoria do Comitê no dia 14/08/2020, onde foi decidido que seria enviado um ofício para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) questionando sobre a reponsabilidade pela manutenção dos equipamentos que foram comprados em função do convênio entre SDE/FURB firmado em 2007 (ofício 18/2020). No dia 19/11/2020 a SDE participou da reunião da diretoria do Comitê, onde sugeriu realizar uma nova reunião juntamente com o CEOPS e Defesa Civil (DC) para discutir a manutenção do sistema de alerta de cheias da Bacia do Itajaí. Desta forma, aos nove dias do mês de dezembro de 2020, às 14 h, em meio virtual, os membros da diretoria do Comitê do Itajaí, do CEOPS, da SDE e da DC reuniram-se. A Sra. Simone comentou que vem tentando buscar atender o CEOPS porque sabe da importância do conhecimento que possuem e da atuação para a bacia. O Sr. Dirceu entende que o trabalho do CEOPS é uma contrapartida da Universidade para a comunidade regional. As atividades na área dos eventos são voluntárias, fora dos horários de trabalho e sem nenhuma contrapartida financeira. Os professores atuantes são do quadro da universidade, ninguém é contratado do CEOPS para essa tarefa. Não há um recurso na Universidade destinado ao CEOPS. Essa questão é tanto de pessoal quanto de equipamentos. Todos os técnicos que atuam no CEOPS são de forma voluntária. Quanto aos equipamentos, reparo, aquisição, manutenção tem se buscado recursos por convênios e editais. O último grande recurso que chegou para o CEOPS foi em 2009, vindo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), o qual foi utilizado para adquirir equipamentos para 17 estações. Posteriormente, a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI) também ajudou a manter as estações. Há duas semanas a FURB liberou recurso para vistoria nas estações. Para algumas despesas correntes, a FURB tem dado apoio. Também há outra questão mais complexa de resolver que é a de pessoal, em algum momento será necessário alguém para realizar as tarefas, especialmente quando nos momentos de eventos extremos. Atualmente os professores que fazem a previsão de nível de rio, Professor Ademar e Professor Taquini, estão aposentados e ainda se dispõe a auxiliar nos momentos de eventos extremos, mas dentro de alguns anos isso não será mais possível. Algumas estações necessitam pequenas manutenções, outras uma adequação completa. Foram compradas baterias recentemente para algumas estações. Na situação atual, não há uma garantia de continuidade de manutenção, porque os convênios são feitos com validade. Quando acabam os recursos, os problemas aparecem. A manutenção precisa ser feita continuamente, preventiva e corretivamente. Se a comunidade entende que o serviço é essencial, em especial nos eventos, é necessário esse apoio. Sr. Vinícius comentou que foi bom escutar a fala do Professor Dirceu. Na verdade, eles acompanham e tem noção dos problemas que ocorrem no CEOPS. Sr. Vinícius comentou o que eles têm um planejamento para a rede de monitoramento do Estado e dentro disso, é necessário verificar qual ação seria mais adequada para auxiliar na

manutenção da rede do CEOPS. A primeira questão é que a atribuição legal de manutenção da rede hidrológica é da SDE. No entanto, a SDE nunca assumiu essa responsabilidade. A SDE passava recursos para a DC, EPAGRI e entidades que operam redes no Estado, mas nunca foi feito um planejamento adequado por parte da SDE. Também há uma rede nacional no estado, mas apenas a rede da ANA não é suficiente. Não é possível ter várias redes de monitoramento e as informações não estarem integradas em um único bando de dados, centralizado, onde é possível gerenciar as informações e gerar resultados para a sociedade. As redes desconectadas dispõem recursos que não são utilizados da melhor forma. Além da questão de manutenção e ampliação da rede, é necessário resolver a integração da informação e a disponibilização desta para a sociedade e demais interessados. Ano passado e este ano, a SDE fez reuniões com a DC e EPAGRI que possuem maior interface com a rede de monitoramento. Foram definidos critérios para selecionar as estações para entrarem na rede estadual. A SDE recebe solicitação dos municípios para instalar ponto de monitoramento, mas para ter critérios claros e transparentes foi feita a discussão com a EPAGRI e DC. Agora há uma matriz de critérios para identificar locais onde são necessários instalar novas estações, além das já existentes. Atualmente há 19 estações como patrimônio do estado. Há previsão de mais 6 estações, 5 com recursos da SDE e uma com recurso de compensação de empreendimento particular. Nos próximos anos, pretende-se seguir ampliando com a avaliação de necessidades e previsões orçamentárias. Em relação à manutenção, parte será realizada pela EPAGRI-CIRAM. Eles também têm problema com a falta de pessoal para isso. Um edital está sendo elaborado para prestar serviço adicional de manutenção na rede de responsabilidade da EPAGRI, inclusive para a confecção da curva-chave, também contemplada nesse edital. Em algumas reuniões, o Frederico da DC comentou que o CEOPS entrou em contato com eles, solicitando uma reunião para discutir sobre a rede. Sr. Vinicius precisa entender com o CEOPS se é possível adequar a mesma lógica que eles adotaram para as outras redes do estado. Sr. Vinicius comentou que algum apoio será dado, mas precisa discutir questões operacionais e entender como estão patrimoniados os equipamentos. Se eles colocarem a lista de equipamentos conjuntamente com a demanda da EPAGRI, é possível justificar para o tribunal de contas. Esse tipo de situação precisa ser averiguado para entender como apoiar. A compra que é feita de equipamentos pela EPAGRI é no início do ano, há equipamentos importados, por fim como o trâmite é demorado, acabam recebendo somente no fim do ano. Precisa ser discutido a questão operacional, de como está funcionando a rede e como as compras eram feitas anteriormente. Também foi trabalhado com a FAPESC, para viabilizar recursos. Prof. Dirceu comentou algumas questões levantadas pelo Sr. Vinicius. Desde que foi implantada a última versão do sistema de monitoramento, algumas tentativas foram feitas para compartilhar os dados, sendo essa uma das obrigações do contrato. Da parte do CEOPS, os dados sempre foram abertos e eles sempre responderam os questionamentos feitos pela secretaria. O combinado era que alguém da secretaria viria até a FURB para discutir como fazer a coleta dos dados. Essa é uma questão técnica, que precisa de apoio de TI, o banco de dados é bastante simples. Prof. Dirceu quer melhorar a disponibilidade e integração dos dados da rede. Da parte do CEOPS não há problema algum em relação a isso. Em relação a manutenção há uma dificuldade, que já foi discutida até com a prefeitura, tendo basicamente como objetivo único a previsão de enchente. Muitas vezes o equipamento quebra durante a madrugada, no meio do evento extremo, sendo um desafio fazer a manutenção e consertar *in loco*. O ideal era transferir a manutenção para uma empresa terceirizada. Eles já tiveram uma experiência

durante 12 meses para fazer a manutenção corretiva e preventiva, e vários momentos não foi cumprido, em função das especificidades da rede. Tendo-se apenas 1 ou 2 empresas para fazer esse trabalho no estado, os equipamentos falham muito e precisa ser discutida uma solução para isso. A empresa contratada precisa garantir dentro de uma cláusula contratual, que haja um prazo máximo para restabelecer o equipamento/estação. Até serviços mais fáceis a EPAGRI não tem dado conta. Em relação ao patrimônio, os repasses vieram por convênio, na conta da universidade. O modelo usado em 2009 já não pode mais ser utilizado. Houve o processo de compra e os bens foram patrimoniados de forma legal em nome da Universidade, FURB. Outra questão é que as estações estão montadas em cima de uma lógica de funcionamento. Se o equipamento adquirido for diferente, pode não ser compatível e acabar sendo necessário uma unidade nova. A preocupação dos professores é que eles têm o controle da rede e confiam na mesma, da forma que está instalada. Quando o dado chega, há técnicos que tem visão para saber se há algum problema no equipamento. A rede para prevenção de enchente é diferente de uma rede para monitorar o recurso hídrico, a lógica é diferente. Em Blumenau tem uma estação com dados da ANA e CEOPS no mesmo abrigo e é feita a checagem da informação. Mas a estação da ANA não é usada para a prevenção de enchente. Não há nenhuma objeção em compartilhar os dados com o Governo do Estado. Talvez seja até possível pensar em uma cessão das estações para o governo. O que falta atualmente para disponibilizar a informação é pessoal de TI. Sr. Vinicius comentou que a fala do professor é muito importante, e que hoje eles têm a visão de integrar as redes, dentro do próprio CIRAM onde há a sala de situação, que recebe e analisa os dados, visando a centralização das informações, inclusive do setor hidrelétrico. Irão iniciar a integração e fazer a consistência dos dados para poder utilizar essa informação também. O mesmo será feito para o setor de abastecimento público, que também tem monitoramento. Fazendo-se a consistência desses dados, é possível trabalhar na mesma rede de integração. Toda essa visão é para o monitoramento de recursos hídricos, mas há algumas especificidades como o do sistema de alerta ou algum setor específico como agricultura. Tendo-se a rede toda integrada, ela pode servir para várias finalidades. O Sr. Vinicius vê que para dar esse apoio tem que ser trabalhado com um tratamento diferente, até pela lógica das estações. A forma para passar o recurso provavelmente será diferente das outras redes. O Sr. Vinicius verifica que precisa elencar os pontos específicos na demanda do CEOPS e dialogar com a EPAGRI e DC. É possível pensar em repasse via FAPESC. Assim como também é possível usar a Lei 13.019 para organizações sem fins lucrativos da sociedade civil, como termo de colaboração ou fomento. Precisa avançar para fazer um planejamento para dar esse apoio. Se conseguir incluir na rede estadual, há verba contínua para manutenção, senão será uma verba com início, meio e fim. Sra. Rubia comentou da importância de ter um diagnóstico da situação de todas as estações operadas pelo CEOPS. Sr. Odair comentou que caberia ao Sr. Vinicius, a partir do entendimento do que escutou, trazer uma solução. Quais as alternativas viáveis para integração, e ainda ter um prazo para avançar nesse sentido. Sr. Odair acrescentou sobre a importância da fala do prof. Dirceu em até pensar na cessão. Mesmo com convênio via FAPESC pode-se resolver a situação em curto prazo, mas é necessário algo a longo prazo. Sr. Fred da DC entrou na reunião. Sr. Vinicius concordou com o ponto de vista do Sr. Odair e também com a fala da Sra. Rubia. Sr. Fred pediu um panorama da reunião até agora. Sr. Dirceu comentou que escreveram vários projetos desde o ano passado, além disso eles possuem os relatórios do status e as necessidades de cada uma das estações. Eles também têm orçamentos para a

aquisição de equipamentos. Para finalizar sua participação, ele comentou que desde que chegou em Blumenau como estagiário, há muitos anos, a FURB era demandada por informação de previsão, mas sempre havia problema de manutenção. Precisa ser estabilizado o problema da manutenção a longo prazo. A questão técnica é o mais fácil e pode ser resolvida, mas a preocupação do Prof. Dirceu é durante o evento extremo, como em 2008. E ele sabe qual é a cobrança que há do outro lado, da população da bacia, que usa a informação do CEOPS para tomar decisões como a relocação de seus bens. Eles sentem a pressão e sabem a importância da confiabilidade dessa informação para a sociedade civil. Eles precisam ter certeza que os dados que estão chegando são corretos, que há uma equipe de manutenção disponível para quando o equipamento quebra no meio do evento. Em relação a quem vai manter e de onde vem o recurso, o CEOPS não possui nenhuma restrição. Sr. Odair agradeceu a exposição simples e didática do professor Dirceu para expor a problemática e salientou que a solução precisa ser a longo prazo. Sra. Simone pediu para o professor Dirceu se o diagnóstico que ela tem é o mais atual e o Sr. Dirceu informou que irá enviar um documento mais atual para anexar a esta ata. Sr. Dirceu deixou a reunião em função de outro compromisso. Sr. Odair sintetizou o que foi discutido na reunião até o momento para o Sr. Ferderico da DC. A Sra. Simone lembrou ainda da importância do CEOPS para a Bacia do Itajaí, além da questão da manutenção há a problemática de pessoal, da perda de conhecimento que há com a aposentadoria de professores que atuam na emissão de alertas. Sr. Fred comentou da importância do CEOPS e que em 2011 já houve problema pela falta de pessoal. É necessário pensar em termos de futuro, se eles têm condições de dar continuidade nessa operação, se sim, é só uma questão de repasse de recurso. Caso não haja essa disponibilidade do CEOPS, a sugestão do Sr. Fred seria a terceirização do serviço, mas sabe que a EPAGRI também terá dificuldade em assumir mais estações, pois eles já têm problema para manter as que operam. Acrescentou que a DC está aberta para cooperar e que é necessário integrar os dados das redes de monitoramento como um todo. No próximo ano, eles trabalharão fortemente na integração das redes, em uma plataforma única que está sendo desenvolvida pela empresa Fractal. A DC se coloca à disposição como parceira para contribuir com os próximos passos. Sr. Odair pediu o posicionamento final do Sr. Vinicius, que comentou a necessidade de entender da FURB se o CEOPS quer continuar prestando esse serviço ou não. Também pode ser algo híbrido. O material do diagnóstico é importante para conhecer a situação atual, mas sabe-se que o problema maior é institucional para ter continuidade no processo. Sr. Vinicius comentou que recebendo o material do CEOPS, primeiro realizará uma reunião interna com a DC e EPAGRI e em um segundo momento, com o CEOPS e o Comitê. Além do Governo do Estado, talvez seja interessante ter uma contrapartida de instituições da bacia para auxiliar nessa parte de pessoal, não sendo possível ter somente o trabalho voluntário ou de bolsistas. Para ter continuidade, seria interessante órgãos da bacia auxiliarem a custear esse tipo de despesa, é possível pensar em parceria com alguns municípios. Sr. Odair comentou que agora ele aguarda um retorno da SDE em relação ao que é possível fazer em termos de operação. Sr. Fred ressalta que é importante que o CEOPS se posicione, se eles querem continuar a operação da rede, e apresentem uma proposta para operacionalizá-la, deixando claro se eles têm interesse ou não em dar continuidade, trazendo também o que é necessário em termos de pessoal (técnicos). A Sra. Simone comentou que em conversa prévia, sabe que a FURB tem a intenção de continuar operando o CEOPS, mas ficou responsável de contatar o Sr. Dirceu para que haja uma manifestação dessa intenção por escrito e comentou que é importante ter pessoal treinado para absorver

esse conhecimento e dar continuidade ao trabalho. Sr. Fred pediu que a manifestação de interesse venha acompanhada de proposta técnica e financeira apresentando o diagnóstico da rede e tipos de contrato de trabalhos, para que o Estado consiga programar os repasses de recursos. A Sra. Rubia comentou da importância da continuidade do recurso humano, principalmente pelo know-how acumulado na área, há 2 professores aposentados e com vasto conhecimento, e esse histórico não pode ser perdido. Sr. Vinicius pediu para que os encaminhamentos sejam feitos de acordo com o que o Sr. Fred colocou. Sra. Simone irá aguardar os documentos do professor Dirceu para dar encaminhamento para SDE. Sr. Odair pediu para que a declaração da FURB seja feita ainda esse ano e agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual para constar, foi lavrada a presente ata, que lida e aprovada por todos os presentes, vai assinada por mim, Simone Gomes Traleski, secretária da reunião, e pelo Presidente Odair Fernandes.

Simone Gomes Traleski
Secretária da Reunião

Odair Fernandes
Presidente do Comitê do Itajaí

Estiveram presentes: Medelin Pitrez dos Santos (diretoria Comitê do Itajaí - Superintendência do Porto de Itajaí), Odair Fernandes (diretoria Comitê do Itajaí - Hidrelétrica Sens), Simone Gomes Traleski (diretoria Comitê do Itajaí - AMMVI), Rubia Girardi (consultora SDE/DIRHS), Vinicius Constante (SDE/DIRHS), Gustavo Antonio Piazza (SDE/DIRHS), Dirceu Luis Severo (CEOPS), Frederico Rudorff (DC), Ricardo Hübner (presidente da CAT – AGIR).

